



GT - 03

8. A FORMAÇÃO DO JORNALISTA NA ABORDAGEM DOS FENÔMENOS DA DIVERSIDADE E DOS GRUPOS MINORIZADOS: UMA PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA EDUCOMUNICAÇÃO E DA ETNOMIDIALOGIA

*Ricardo Alexino Ferreira**

Resumo

Esta pesquisa visa demonstrar a necessidade de formação do jornalista para lidar com os fenômenos da diversidade e dos grupos minorizados dentro das perspectivas da Educomunicação (que permite a formação do comunicador multimidiático e interdisciplinar) e da Etnomialogia (campo teórico-metodológico que visa formação do comunicador para abordagens mais consistentes numa perspectiva de cidadania dos grupos minorizados).

Tem como objetivo também formação e capacitação de comunicadores, através dos projetos pedagógicos dos cursos de Comunicação, para a construção do conhecimento multidisciplinar visando promoção da diversidade e da cidadania minimizando, assim, as possibilidades de reforçar estereótipos ou de manutenção do *status quo* ou da exclusão.

Esta pesquisa é resultado dos trabalhos do autor no campo da midialogia científica e da etnomialogia, envolvendo representações sociais, culturais, ideologia e comunicação.

Palavras-chave: Educomunicação; etnomialogia; comunicação midiática; jornalismo; formação

Resumen

Esta investigación tiene por objeto demostrar la necesidad de formación de los periodistas para hacer frente a los fenómenos de la diversidad y grupos dentro de las perspectivas minorizados de la Comunicación Educativa (que permite la formación del comunicador multimidiático e interdisciplinario) y la formación Etnomialogia (teórico y metodológico objetivos del comunicador hacia una perspectiva más coherente de los grupos minorizados ciudadanía).

También tiene como objetivo la formación de los comunicadores, a través de proyectos de la enseñanza de cursos de comunicación para la construcción de conocimientos multidisciplinarios con el fin de promover la diversidad y la ciudadanía, reduciendo así al mínimo la posibilidad de reforzar estereotipos o mantener el *statu quo* o la exclusión.

Esta investigación es el resultado de la autora en el campo de las representaciones científicas y la participación etnomialogia medialogy social, cultural, ideológico y la comunicación.

Palabras clave: Comunicación educativa; etnomialogia, “medios de comunicación, periodismo, entrenamiento.

* Ricardo Alexino Ferreira é professor do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; doutor em Ciências da Comunicação (ECA-USP); jornalista. E-mail: alexino@usp.br



Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

Introdução

A contemporaneidade traz grandes desafios para comunicólogos, educólogos, comunicadores e educadores. A transmutação da sociedade do conhecimento para a sociedade midiática implica em um conjunto de mudanças significativas e paradigmáticas exigindo a construção e reconstrução de novas teorias midiáticas e novas práticas profissionais, possibilitando assim o surgimento da Educomunicação.

Por isso, neste trabalho o termo “comunicação social” passa a ter o significado de midialogia ou comunicação midiática por entender que na contemporaneidade existe uma tendência acentuada para a convergência das mídias e a construção de novas identidades midiáticas.

Tais convergências extrapolam a linearidade temporal, pois tecnologias de ponta vagueiam lado a lado com antigos formatos e gêneros. É o que acontece, por exemplo, na lenta transposição da linguagem analógica para a digital, porém rápida do ponto de vista técnico.

Por outro lado, a Educomunicação configura-se como um campo catalisador desse processo uma vez que possibilita entender a mídia não pelo viés estático da técnica ou do meramente informativo ou do educativo, mas coloca os fenômenos midiáticos como representações sociais e

culturais relevantes que refletem os desejos, medos, prospecções e perspectivas sociais.

É também no espaço da Educomunicação que as questões relativas à midialogia científica (que tradicionalmente flerta com a educação científica) e à etnomidialogia (que coloca em pauta as diversidades das matrizes culturais) encontram ressonâncias e ressignificações.

Educomunicação na Comunicação midiática

A Educomunicação é um campo teórico-metodológico em construção. Em um primeiro momento existe a tendência em pensar a Educomunicação como uma junção da Educação com a Comunicação. Em outros enfoques pensa-se a Educomunicação como uma área da Educação.

No entanto, a Educomunicação não deve ser vista na singularidade de uma nova disciplina, mas como um novo paradigma discursivo transversal, conforme afirma Ismar Soares.¹

Para isso, Soares apresenta as materializações desse campo em quatro áreas concretas de intervenção social: área da educação para a comunicação; área da mediação tecnológica na educação; área da gestão comunicativa; área da reflexão epistemológica².





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

Na contemporaneidade, a Educação encontra um campo fértil, enquanto construção paradigmática, porque nota-se a inserção da comunicação midiática como mediadora do conhecimento e de sua difusão. Tais modelos levam hoje a mudanças metodológicas significativas no ensino. Inse-re-se, por exemplo, elementos das novas tecnologias como Educação a Distância e utiliza-se como material paradidático a produção da comunicação midiática, só para citar algumas das vertentes dessa área³.

A implantação da Licenciatura em Educomunicação, na ECA-USP através do Departamento de Comunicações e Artes e do Núcleo de Comunicação e Educação, concretiza a construção teórico-metodológica da área, voltada a preparar profissionais em condições de dedicar-se às práticas educativas relacionadas ao ensino da comunicação, suas linguagens e tecnologias, atendendo às normas criadas pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).⁴

Nessa concepção, a Licenciatura em Educomunicação planeja “formar um profissional voltado para a inter-relação Comunicação/Educação, nas distintas atividades e âmbitos em que ela ocorre consubstanciada na prática da gestão da comunicação e suas tecnologias nos espaços educativos, atendendo a uma demanda da própria sociedade”.⁵

Esse licenciado em Educomunicação, ou seja, um educador, vem a ser “um professor diferenciado com habilidades intelectuais e práticas para dominar o universo representado pela inter-relação Comunicação/Educação/Tecnologias da Informação, no contexto de práticas pedagógicas que valorize os alunos como membros de uma cultura que se qualifica como inserida na ‘sociedade da informação’”.⁶

Dentro desse contexto, este trabalho propõe inserir Midialogia científica e Etnomidialogia como disciplinas constitutivas da Educomunicação. Isso porque a midialogia científica flerta com a educação científica e a etnomidialogia coloca em pauta as diversidades das matrizes culturais.

O termo midialogia científica é recente e agrega mais valores conteudísticos do que o termo comunicação científica, que é mais usual. A comunicação científica se refere mais a uma das áreas midiáticas que seria o jornalismo científico. No entanto, percebe-se que isso representa reducionismo uma vez que a ênfase nessa área seria apenas a da divulgação científica.

Ao amplificar a terminologia para midialogia científica o leque de interdisciplinaridade aumenta significativamente e permite tratá-la à luz da Educomunicação, uma vez que engloba não apenas o





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

Jornalismo, mas outras áreas da comunicação midiática como artes (audiovisual e histórias em quadrinhos), literatura e editoração (livros didáticos), além de outros tentáculos que compõem a midialogia.

Ou seja, midialogia é entendida aqui como a comunicação no seu sentido multi e transmidiático e como um sistema integrado, interdisciplinar e especializado, exigindo assim do comunicador a capacidade de contextualização, conexão de idéias e síntese, envolvendo um conjunto de disciplinas que tratam a comunicação a partir de um viés verticalizado e de aprofundamento. Isso leva ao enfoque sistêmico regido pela Teoria Geral dos sistemas⁷.

A partir do momento em que o conhecimento é manifestado e apresentado pelas representações midiáticas, há uma nova forma de percebê-lo e apreendê-lo e isso provoca, de certa forma, revolução nos próprios meios e na educação. Assim, a escola que tradicionalmente julgava-se detentora da transmissão do conhecimento o vê sendo midiaticizado. Com isso, a escola passa (ou deveria passar) a apreender as informações e produções dos meios e ressignificá-los para uma produção de sentidos dos fenômenos completando dessa forma o ciclo do aprendizado.

Por esse motivo, a midialogia

científica, que por sua natureza já flerta com a educação científica, é um elemento relevante da Educomunicação. Porém, para que isso de fato aconteça torna-se necessário que comunicadores e educadores repensem os seus conceitos sobre ciência e conhecimento.

Percebe-se que os paradigmas cartesianos e positivistas ainda ocupam grande espaço nos meios de comunicação, nos livros didáticos e nas salas de aula. Tais representações ocorrem na construção de imagens de que a ciência só é produzida em laboratórios assépticos e de cores frias; que o conhecimento científico é provido de certezas, verdades, objetividades absolutas e racionalidade extrema. Essas visões são reproduzidas pelos livros didáticos e pela divulgação científica nos meios ocorrendo uma hiper-valorização das áreas chamadas exatas e biológicas e grande ênfase nas pesquisas aplicadas que podem produzir efeitos imagéticos para os meios de comunicação.

Por outro lado, no campo da midialogia científica a ciência e a educação se fundem de tal forma que se torna difícil identificar uma ou outra, construindo-se assim um terceiro elemento multi e transmidiático, que pode ser chamado Educomunicação. Nesse universo, a hegemonia dos paradigmas cartesianos e positivistas são relativizados e o conceito de ciência se aproxima muito mais de uma visão humanista evocando, por isso,





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

a história da ciência e a filosofia da ciência. Ou seja, a ciência passa a se fundir com a cultura.

Assim, elementos que até então eram periféricos na construção e entendimento do conhecimento científico passam a ter relevância nesse processo como é o caso da ficção; da ficção científica em histórias em quadrinhos ou no audiovisual; a inserção do pensamento científico na compreensão dos fenômenos sociais cobertos pelo jornalismo; a ciência manifesta na elaboração de peças publicitárias; a construção do discurso ideológico político-cultural em produções audiovisuais e tantas outras vertentes.

Através da midialogia científica, como elemento constituinte da Educomunicação, as figuras do comunicador e do educador também se fundem. Dadas as especificidades de cada um desses profissionais, eles utilizam o campo multimidiático com o propósito de informar, explicar e produzir sentidos dos fenômenos.

A informação científica passa a ser categorizada e estratificada para que a mensagem possa ser degustada e reelaborada pela audiência. Com isso são levados em conta os conceitos divulgação científica; difusão científica e disseminação científica⁸. Tais conceitos na verdade são formas da mídia de se fazer entender para o seu público específico, ou seja, são

também recursos didático-pedagógicos do comunicador (ou educador), em que a comunicação é colocada como viabilizadora do conhecimento.

Em outra instância o termo Etnomialogia também é recente e surge no quadro de transformações sociais que marcaram os anos 1980 e 1990 e o início do século 21. Assim como na Midialogia científica, a Etnomialogia tem como base de construção conceitual o entendimento dos fenômenos sociais, culturais e políticos dos diferentes segmentos da sociedade (mais precisamente os grupos minorizados⁹) a partir das suas representações pela mídia e em produções como livros didáticos e outras e, também, de suas auto-representações em produções midiáticas próprias.

A Etnomialogia proposta como disciplina constituinte da Educomunicação é a que mais traz para esse universo os novos conceitos de cultura em uma abordagem interdisciplinar evocando as Teorias das Mediações, o Pensamento Complexo e os Estudos Culturais.

Tal fenômeno pôde ser observado no final dos anos 1980, quando o mundo se vê envolvido em diversos conflitos nacionalistas, étnicos e religiosos, até então ofuscados por quase quatro décadas de guerra fria, bipolarizando e favorecendo a hegemonia dos Estados Unidos no bloco capitalista e da extinta URSS no bloco comunista.





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

Esses conflitos se intensificaram na década de 1990 com a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, e o enfraquecimento dos países do então bloco soviético, atolados em crises econômicas.

Com isso ocorre nos anos 1990 a recrudescência de projetos de autonomia nacional; os conflitos étnicos, religiosos, separatistas e de luta armada em todos os continentes. Ou seja, a partir dos anos 90 verifica-se que a maior crise não é motivada por disputas territoriais, mas por disputas culturais. Tem-se o que se pode nomear de cruzadas das culturas.¹⁰

Na micro-esfera, percebe-se em vários países a efervescência de movimentos sociais reivindicando cidadania. No Brasil é possível pontuar nesse período os movimentos por direitos civis dos afro-brasileiros (destacando as reivindicações por cotas e punição efetiva do “racismo”); do segmento LGBT/Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo e criminalização da homofobia); dos idosos (reivindicações de maior atenção do Estado às questões de assistência médica, atendimentos preferenciais, gratuidade em passagens nos transportes públicos); das mulheres, lésbicas e heterossexuais (equiparação salarial em relação aos homens, direitos ampliados da maternidade, direito ao aborto); da criança e do adolescente (efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente);

dos deficientes físicos (reivindicações de cotas e garantias de trabalho, adequações dos espaços públicos às necessidades de cada grupo de deficiência) e de outros segmentos que evocam também para si cidadania.

As últimas décadas se constituem em um efervescente debate sobre cidadania e o reconhecimento das diversidades (o que não implica respeito por elas). Verifica-se também que se inicia movimento de pressão dos grupos minorizados sobre os poderes legislativo, executivo e judiciário pela garantia dos direitos civis e reconhecimento das diversidades sócio-culturais. Ou seja, verifica-se que há buscas de novas identidades no campo político-cultural e no espaço midiático.

Nesse universo de efervescência e complexidade de culturas a mídia e a educação, paradoxalmente, se apegam à simplificação dos fenômenos. Os veículos de comunicação na tentativa de informar os fenômenos os colocam desvinculados de contextos histórico-culturais e eliminam as conexões, transformando os acontecimentos em meros fatos. Com isso, demonstram grandes dificuldades até em usar expressões corretas em seus produtos noticiosos.

Assim, por exemplo, a imprensa muitas vezes não faz a distinção entre o termo negro enquanto substantivo (para definir o segmento social, afro-descen-





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

dente e afro-brasileiro) e o adjetivo negativo. Ou se permite construir títulos bem-humorados atribuindo feminilidade e estereótipo aos homossexuais masculinos (a cor rosa, atribuída às sociedades ocidentais como representação do feminino, é uma constante quando se quer falar deste segmento) ou a construção de fragilidade e futilidade ao se referir à mulher, principalmente se ela está desenvolvendo algum tipo de função até então considerada pela sociedade como exclusivamente masculina (por exemplo, expressões como “farda de batom” ou “apesar de ser policial ainda é feminina”, ao se referir a uma policial). No caso da educação, o material didático, muitas vezes, ou minimizam os aspectos culturais dos conflitos ou legitimam a hegemonia imposta.¹¹

Outro fenômeno que se observa é a utilização, por parte dos professores dos ensinos fundamental e médio, da produção jornalística e artística dos meios de comunicação como material didático-pedagógico complementar. No entanto, esses professores utilizam tais produtos sem uma visão analítico-crítica contribuindo assim para um ciclo viciado que se retroalimenta: educadores que consideram a mídia como expressão fiel das realidades sociais; comunicadores que em suas produções criam o campo do consenso e evitam o campo dialético e a escola que se mostra, muitas vezes, inapropriada para a produção dos sentidos

dos fenômenos sociais e dos produtos dos próprios meios de comunicação.

Entende-se que o educador, que tem a competência de inter-relacionar o mundo da comunicação e suas tecnologias e o universo da educação e suas práticas, possa reverter esse processo, uma vez que transita e atua em ecossistemas comunicativos em espaços educativos.

Dessa forma, esta pesquisa propõe inserir como disciplina constitutiva da Educomunicação a Midialogia científica como construção do conhecimento em uma abordagem multi e transmidiática, visando a educação científica pelos meios.

Propõe, ainda, possibilitar a inserção da Etnomidialogia como elemento imprescindível para a compreensão dos fenômenos sociais a partir das diversidades das matrizes culturais, possibilitando que os educadores identifiquem construções de estereótipos; promoções de cidadania de segmentos sociais; personalização dos segmentos sociais através das diferentes áreas do conhecimento apresentadas na Midialogia científica e a busca da interdisciplinaridade.

Comunicação Midiática e o politicamente correto

O politicamente correto talvez seja





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

o conceito mais falado por todos, porém o menos entendido. É comum, no Brasil, as pessoas usarem o termo como sinônimo de censura, de privilégios ou simplesmente como galhofa, quando se quer ridicularizar uma situação envolvendo algum segmento minorizado. Tornou-se um termo polissêmico e negativamente adjetivado. Há até os que se orgulham de se auto-proclamarem “politicamente incorretos”. Na produção da Comunicação Social o conceito é tido com restrições. O mesmo acontece no meio acadêmico. Porém, constata-se que existem poucos trabalhos que abordam com seriedade o tema.

Conforme o sociólogo Luiz Eduardo Soares¹², professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro:

“Não creio que estivesse sendo injusto se afirmasse que há, no Brasil, hoje, um amplo consenso, quase uma unanimidade em torno da repulsa ao ‘politicamente correto’. Refiro-me ao conjunto daqueles que já ouviram falar do assunto, o que, por sua vez, requer acesso privilegiado a informações de procedência internacional. Portanto, trata-se de um consenso entre elites. Os significados atribuídos ao ‘politicamente correto’, segundo o brasileiro elitizado, oscilariam entre posições dos seguintes tipos: (1) ‘trata-se de manifestação do histerismo fanático norte-americano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais’; (2) ‘trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e

autoritária’; (3) ‘trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitária, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável’. Essa última posição apóia-se no argumento de que, sendo a política matéria de inescapável dissenso, qualquer tentativa de definir critérios de justiça implicaria postulados essencialistas e acarretaria, na prática, controle autoritário e anulação do dissenso e das próprias diferenças”.¹³

O politicamente correto (*political correctness*) surge nos Estados Unidos da América no início da década de 90, dentro do meio acadêmico, com o objetivo de repensar como o racismo e o sexismo estavam sendo refletidos na instrução, na língua e no conteúdo do currículo. Conforme Ellis Cashmore, professor de Sociologia da Universidade de Standford, nos EUA, “os termos e textos não carregam consigo pensamentos; eles os perpetuam, freqüentemente, de uma maneira não reflexiva. Além dos casos mais óbvios em que termos como ‘negro’ ou suas analogias eram usados de maneira degradante, com um tom abusivo implícito, o politicamente correto verificou cuidadosamente todos os significados possíveis de palavras como ‘beleza’, ‘corpulento’, ‘querido’ e ‘líder’. Qualquer palavra com uma vaga inferência sexista ou racista, ou que refletisse negativamente pessoas prejudicadas de alguma forma, idosas ou jovens, era considerada um anátema”.¹⁴

O politicamente correto teve em sua formação e trajetória inspirações diversas que passam por Michel Foucault,





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

quando ele faz referências ao binômio poder/conhecimento, ou seja, a produção do intelecto e da imaginação não representam tanto a capacidade dos autores que as produzem, mas são as relações de poder e as ideologias que definem os limites do discurso (o contexto no qual o conhecimento é produzido); por Roland Barthes, que vai afirmar que o mundo não é experienciado como uma série de fatos, mas de sinais codificadores numa língua, ou seja, pode-se descobrir códigos e convenções invisíveis por meio dos quais os sentidos das experiências são aceitos; por Jacques Derrida¹⁵, que vai afirmar que a língua é um instrumento, mas não um instrumento neutro.

Apesar de toda a fundamentação teórica que sustenta o politicamente correto, a sua pragmática implicou em medidas pouco “populares”, como repensar currículos e livros didáticos, abalamento das mensagens dos meios de comunicação de massa e a proposta de substituição de termos que poderiam trazer em si inferências sexista ou racista ou prejudiciais a segmentos minorizados diversos.

Conforme Moacyr Scliar, “a linguagem, a capacidade de comunicação através das palavras é o aspecto mais característico da espécie humana. Mas a linguagem não é apenas comunicação. Ela é também um veículo de crenças, de valores de modelos comportamentais,

e como tal tem uma história. A palavra *whore*, prostituta, torna-se comum no século XI; no século XIV, o termo ofensivo passou a ser *bitch*, cadela; no século XVIII, *cow*, vaca. Similarmente, *darling*, querida, é do século VIII e *honey*, mel, doçura, do século XIV”.¹⁶

A definição para o politicamente correto mais completa, no entanto, pode ser atribuída a Luiz Eduardo Soares. Para ele, “o politicamente correto’ diz respeito, ainda que de maneira vaga e polissêmica, a um processo em curso, aberto e de conseqüências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, a um processo de renovação do que nós poderíamos chamar educação vulgar e básica. Com um vocabulário mais pretensioso, poder-se-ia dizer que se trata de um processo de redefinição de parâmetros éticos e de modelos de orientação micropolíticos”.¹⁷

As reações ao politicamente correto são tantas que até mesmo quem defende este tipo de conceito e pensamento muitas vezes acaba esbarrando na caricatura. Este é o caso do *Dicionário do politicamente correto*, do escritor e editor Henry Beard e do também escritor Christopher Cerf, cuja obra é apoiada pela organização não-governamental American Hyphen Society, localizada na Pensilvânia (EUA), que se dedica à pesquisa educacional e ao apoio de grupos minorizados. O lema desta instituição





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

é: “Foi necessário destruir a linguagem para poder salvá-la”.

O dicionário aponta com bom humor a utilização de termos e expressões politicamente corretas e incorretas. No entanto, a linha entre o bizarro, o *non-sense* e a seriedade acadêmica e política é tênue.

Assim é possível ler que *o saqueador* e *o assaltante de loja* devam ser referidos como “comprador não-tradicional”; *o jornal*, “carcaça vegetal processada”; *morto*, “terminalmente prejudicado”; *careca*, “pessoa com um tipo especial de organização capilar, desvantajado capilarmente, pessoa com proposta capilar alternativa”; *branco*, “pobre em melanina, geneticamente opressor”; *homem branco*, “racista, sexista”; *casamento*, “estupro legalizado, prostituição oficializada”; *marido*, “estuprador legalizado”; *namorada*, “sobrevivente do estupro consentido”; *paquera*, “assédio ao ar livre”; *baixo*, “verticalmente prejudicado”; *dona-de-casa*, “sobrevivente de encarceramento doméstico, trabalhadora não-remunerada, artista doméstica, ecologista humana”; *ovo*, “produto roubado de animal não-humano”; *grávida*, “oprimida por um parasita humano”; *pensão alimentícia*, “salário retroativo”.¹⁸

Colocados desta forma, os termos tomam outra dimensão e acabam por endossar as inúmeras piadas feitas em

cima do conceito politicamente correto, levando à trivialização.

No entanto, no mesmo dicionário é possível encontrar outros termos que possibilitam alguma reflexão. Com forte tendência anti-sexista, o dicionário propõe que o termo “seminário” seja substituído por “ovário ou ovulário, especialmente quando há mulheres entre os participantes”. Na verdade, o termo “seminário” vem do latim *seminariu* e tem o sentido de criação e produção. Neste sentido, o dicionário deixa a entender que as sociedades humanas buscam uma “masculinização da maternidade”. Aliás, neste verbete é colocado que “as tentativas que o homem faz para se apossar da maternidade expressam-se de várias maneiras: 1) por mitos patriarcais que tentam reverter a realidade: Eva nasce de Adão, Atenas surge de Zeus; 2) pelas atividades de obstetras e ginecologistas, que confiscam poderes das mulheres e resultam em confusos e destrutivos simulacros da maternidade e 3) pelo esforço masculino de se autogerar, mediante necrológicas técnicas de reprodução que reduzem as mulheres à condição de incubadoras ou receptáculos e são inerentemente dirigidas à aniquilação das mulheres”.¹⁹

Ao se referir a grupos minorizados, oprimidos (como negros, mulheres, homossexuais, indígenas e outros), o *Dicionário* parece ser tomado por uma sobriedade, que modifica substancialmente





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

a obra. Assim, no verbete “afro-americano” é colocado o seguinte: “Segundo o Departamento de Assuntos Estudantis do Smith College, este é um dos vários termos que se referem aos cidadãos norte-americanos de origem africana. É geralmente considerado mais apropriado do que ‘negro’ porque evoca uma conexão com o continente de origem. De outra parte, lembra o lingüista Robert B. Moore, ‘o simbolismo de branco como positivo e preto como negativo está muito disseminado em nossa cultura’. Entretanto, o termo ‘Afro-Americano’ também deve ser usado com cuidado, adverte a Sociedade dos Amigos do Programa de Relações Multiculturais da Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri, pois há pessoas que preferem ser chamadas pelo termo ‘negro’.”²⁰

Ainda abordando o segmento afro-descendente, o dicionário cria um outro termo o “afro-americano europeizado”, que é aquele afro-americano “cujo comportamento seria considerado racista se não fosse impossível, por definição, que o membro de um grupo sem poder institucional pratique esta forma de discriminação. O termo foi criado na Universidade de Cincinnati para descrever um estudante afro-americano que gritava ‘Fora, árabes!’, durante uma manifestação de apoio à Guerra do Golfo”.²¹

Outros termos ainda vão ser colocados como “afrocentrismo”, “visão

de mundo afro-americana”, “multiculturalismo” (que implica em um amplo e pluralista movimento social que, através da celebração da diferença, preconiza uma visão de mundo mais tolerante e abrangente).

Apesar de haver maior atenção para o grupo minorizado negro (ou afro-descendente), o fenômeno da seriedade no tratamento dos termos se mantém na mesma linha ao tratar outros grupos minorizados como judeu (“pessoa judaica”), índio (“pessoa indígena”), oriental (“asiático-americano”), tribo (“nação, povo”), velhice (“maturidade”), gay (“*queer*”²²) e outros.

No entanto, uma coisa interessante é que o próprio *Dicionário do politicamente correto* faz restrições ao termo “politicamente correto”: “a expressão ‘politicamente correto’, apropriada pela elite branca no poder como instrumento para atacar o multiculturalismo, deixou de ser politicamente correta”.²³

Inclusive, em outro momento, os autores vão escrever “os reacionários adotaram o termo [*refere-se ao politicamente correto*] numa tentativa pouco sutil de silenciar os ‘multiculti’ (os proponentes do multiculturalismo), não é mais politicamente correto dizer ‘politicamente correto’. Os pesquisadores da American Hyphen Society [*refere-se à ONG norte-americana que cuida dos direitos dos*





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

grupos minorizados] deram-se conta disto tarde demais para que pudéssemos retirar estas palavras ofensivas do título deste livro, pelo que nos desculpamos profundamente”.²⁴ A proposta que eles apresentam para a substituição do termo “politicamente correto” é a substituição pela expressão “Unidades léxicas adjetivais adverbialmente pré-modificadas”, ou seja, a forma lingüística mais utilizada na construção de uma linguagem culturalmente apropriada.

A sensação que o *Dicionário do politicamente correto* dá é que ele pode ser um primeiríssimo esboço, rascunho, da discussão do termo politicamente correto. Isso porque ele demonstra ser maniqueísta ao extremo, supervalorizando grupos e menosprezando outros, chegando quase sempre ao limite do caricatural. No entanto, a literatura no Brasil sobre o tema ainda é bastante escassa.

O politicamente correto nos remete a uma questão básica, se é ele que interfere no cotidiano ou é o cotidiano que interfere nele. É mais ou menos como levantar a questão quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha (ou adequando à linguagem, conforme o *Dicionário do politicamente correto*: quem nasceu primeiro, o *produto roubado de animal não-humano* ou o *ser não-humano* avícola).

Na sociedade brasileira, o uso dos termos corretos destinados ao segmento

negro não é fácil e nem está de todo assimilado pelo cotidiano. Expressões como afro-descendentes e afro-brasileiros têm circulação restrita a uns poucos grupos mais esclarecidos da questão étnica. O termo negro ainda é utilizado com restrição, pois pode ser “ofensivo”. E os termos pretos, negão e crioulo, dentre outros, marcadamente estereotipados e estigmatizantes, são usados em situações em que se pretende provocar a discriminação, quase sempre vêm acompanhados de sentimentos de raiva ou repulsa.

No entanto, estes mesmos termos, conforme o grau de intimidade com o interlocutor e mesmo a melodia vocal proferida, podem ter um outro caráter. Pode ser uma forma carinhosa e afetuosa de tratamento. Ou seja, os termos têm de estar contextualizados em forma e conteúdo para a sua compreensão social.

O politicamente correto e os manuais de redação de jornais e revistas

A equivalência dos manuais de redação com as cartilhas do politicamente correto é muito aproximada. Apesar de muitos jornalistas equivocadamente alegarem que o politicamente correto é uma tentativa de castrar a liberdade criadora, os manuais de redação, que surgem timidamente nos anos 50 e de maneira quase que institucionalizada nos meados dos anos 80 e 90, têm na sua essência um quê de politicamente correto (neste caso,





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

o politicamente correto jornalístico). Nesses, o jornalista encontra todas as regras necessárias para atuar. Em muitos casos, estes manuais no decorrer de todos estes anos, vêm sendo criticados por se assemelharem a uma camisa-de-força, obrigando o jornalista a se adequar a qualquer preço à linguagem e linha editorial do veículo em que trabalha, com a possibilidade de perder o emprego caso assim não o fizer. No entanto, com o passar dos anos, os manuais foram organicamente sendo assimilados por gerações de jornalistas, que o têm como um norteador.

Apesar dos excessos que alguns veículos criaram sobre os seus manuais de redação, como é o caso da *Folha de S. Paulo*, que o tem como uma bíblia jornalística²⁵; outros veículos, porém, o colocam de uma forma mais branda, como é o caso do *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*.²⁶ A preocupação deste manual se afina muito mais com as questões gramaticais e o correto uso da redação do que propriamente com o adestramento do jornalista da Redação. Tanto é assim que o *Manual* tem sido adotado em escolas de Ensino Médio, da rede de ensino público e privado, e por vestibulandos.

Apesar de abordarem a padronização jornalística, vale lembrar que os dois manuais têm naturezas diferentes. O próprio título já denuncia esta tendência. O da *Folha* recebe o nome de *Manual da*

Redação, enquanto o do *Estadão* vai destacar o *Manual de redação e Estilo*.

Atualmente quase todos os jornais possuem um manual de redação próprio, trazendo algumas peculiaridades, relativas à linha editorial do veículo, mas muito parecidos entre si. No entanto, o pioneiro em elaborar um manual de redação mais aprimorado foi *O Estado de S. Paulo*.

O objetivo deste capítulo não é o de deter-se demoradamente sobre o efeito dos manuais de redação (ou das Redações) no jornalismo e nos jornalistas. O que mais interessa é perceber como estes jornais têm trabalhado os grupos minorizados e quais as orientações que são dadas aos seus jornalistas.

É interessante perceber que nos três maiores manuais de (da) redação analisados (*Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo*; *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo*; *Manual de redação e estilo de O Globo*²⁷), todos eles destacam em seus procedimentos internos (Ética interna), que os veículos são intolerantes com qualquer forma de discriminação e racismo.

“A *Folha* condena qualquer forma de racismo”, acentua o *Manual*²⁸, da *Folha*. Em outro momento, o *Manual* destaca no verbete “Preconceito” que “a *Folha* não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situa-





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

ção social, preferência sexual, deficiência física ou mental – exceto quando for relevante para a notícia”.²⁹

No *Manual*, de *O Globo*, é destacado o verbete “Preconceitos”, em que é colocado enfaticamente que “o jornal não acolhe as suas manifestações [de preconceitos] e só a registra em tom ostensivo de denúncia. Isso inclui preconceitos sobre etnia, nacionalidade, características físicas ou mentais, religião, preferência sexual etc.”.³⁰

O Globo ainda vai destacar que “não se considera correto identificar pela sua filiação a qualquer grupo étnico, social, profissional³¹ etc. pessoas acusadas de delitos ou envolvidas em qualquer situação constrangedora (como nos títulos “Português cai em conto-dovigário” ou “Mulato mata a filha”). As generalizações são, a esse respeito, sempre perigosas. Em princípio, a notícia não pode ofender o inocente – e, dentro dos limites do bom senso, deve-se levar em conta que a ofensa é definida por quem a recebe, não por quem a comete”.³²

O *Manual* ainda continua: “pelo mesmo critério, é certo respeitar as solicitações de grupos sobre a forma pela qual devem ser tratados. Estão nesse caso, por exemplo, as reivindicações de deficientes físicos, que repudiam expressões paternalistas ou que enfatizem excessivamente suas limitações, como os

diminutivos (‘o ceguinho’, por exemplo). É sempre errado falar da deficiência ou da doença como um dado da identidade da pessoa. Uma pessoa tem câncer, Aids, lepra³³; mas não é ‘a cancerosa’, ‘a leprosa’ etc.”.³⁴

O *Manual*, de *O Globo*, ainda chama a atenção dos jornalistas que existe o perigo de racismo involuntário: “‘Apesar de sua beleza, ela tinha uma cor escura’. Esse ‘apesar’ associa ‘cor escura’ a feiúra”³⁵. “Não se faz graça com características físicas das pessoas, como no título ‘A volta do reluzente Amin [refere-se ao ex-governador de Santa Catarina Esperidião Amin]’ (por ser calvo).”³⁶

Em outro momento, o *Manual* vai destacar que “em notícia sobre estupros, diz-se que os culpados são Fulano de Tal ‘e um negro não identificado’. Considerando que no Brasil o fato de um homem ser negro não limita muito o campo dos suspeitos, a alusão cheira a racismo. Diríamos ‘um branco não identificado’? Por outro lado, como parte de uma descrição detalhada (‘um negro alto, gordo, aparentando tantos anos’, p.ex.), a referência seria aceitável”.³⁷

O *Manual*, de *O Estado de S. Paulo*, é o que dispõe o maior número de itens relativos à Ética Interna (são dezesseis ao todo), sendo que a maioria se refere à questão de grupos minorizados. “Pense que o jornal tem leitores de todas





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

as tendências, raças, credos e religiões. Por isso, procure sempre ser isento no noticiário, especialmente naquele que envolva questões delicadas³⁸, e evite utilizar frases, alusões ou conceitos que possam melindrar as pessoas. Lembre-se de que muitos leitores de 50, 60 ou 70 anos podem considerar ofensivos termos que não causariam surpresa aos mais jovens. Esse equilíbrio de linguagem é fundamental para que o jornal continue a gozar do conceito de órgão respeitável e respeitoso para com os seus assinantes e compradores habituais.”³⁹

Assim, o *Manual* vai destacar, no verbete raças e nacionalidades, que o jornalista “nunca recorra a palavras que agridam raças, nacionalidades ou tendências políticas, como *carcamano*, *comuna*, *china* (por chinês), *turco* (por árabe), *polaco*, *japa*, *gringo*, *galego*, *português* ou *lusitano* (no mau sentido), *pau-de-arara*, *cabeça-chata*, *baiano* (para qualquer nordestino), *judeu* (no mau sentido), *judiar*, *judiação*, *amarelo* (por oriental), *vermelho* (por comunista) etc.”⁴⁰

Em relação aos grupos minorizados são destacados para cada verbete orientações específicas. Assim, para deficientes físicos, “trate com dignidade os deficientes físicos e use a palavra técnica, e não termos populares e ofensivos, para designá-los”. Para velho, “na maior parte dos casos, a palavra tem conotação preconceituosa. Se necessário, revele a idade

da pessoa que ficará clara essa condição. E idoso é sempre preferível a velho”. Para homossexual, “é outro termo que só deve aparecer no noticiário se tiver relação com o fato descrito”. Para menores, “por força de lei, menores envolvidos em crimes não poderão ter os nomes publicados no jornal (identifique-os apenas pelas iniciais), nem suas fotos divulgadas (...) o *Estado* procede da mesma forma com relação a menores vítimas de atos que lhes possam trazer problemas de caráter social ou lhes acarretar discriminações (estupro, por exemplo)”.⁴¹

Para designar afro-descendentes, o *Manual* faz uma extensa orientação. O verbete é colocado como “negro e mulato”⁴²: “se necessário, use a forma *negro* (e nunca preto, *colored*, pessoa de cor, crioulo, pardo etc.). *Mulato* e *mulata* são aceitáveis quando se justificar a especificação, na notícia, da cor da pele da pessoa. No noticiário policial, só faça referência a negro quando se tratar de pessoa procurada: *A policia procura dois homens negros e um branco, acusados de...* Nos demais casos, raramente há necessidade de falar em brancos, negros ou mulatos. No noticiário geral, a palavra só tem sentido se a própria pessoa se referir a ela ou se houver uma denúncia de discriminação racial. Por isso, não descreva um jogador, artista ou personalidade como, por exemplo: *João da Silva, 32 anos, negro* (a menos que o personagem proclame a sua negritude). A única exceção seria para casos





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

muito incomuns (o primeiro presidente negro de um país, o primeiro cardeal negro etc.) O *Estado* não compactua com casos de racismo e os denuncia sempre.”⁴³

Desta forma, é possível observar que os princípios do politicamente correto ou um esmerado cuidado ao abordar grupos minorizados têm se constituído em preocupação dos veículos. No entanto, nem sempre estas orientações são seguidas. São muitos casos flagrantes de exposição de indivíduos pertencentes a grupos minorizados. Porém, é possível perceber que nesta última década têm diminuído substancialmente estes tipos de ocorrências, enquanto forma. Porém, enquanto conteúdo, ainda são freqüentes.

Considerações finais

A pesquisa proposta pretende realizar abordagens teórica e prática, visando a práxis. Na primeira, busca a construção conceitual das disciplinas Midialogia Científica e Etnomidialogia por entender que elas são campos constitutivos da Educomunicação, envolvendo a educação científica e os estudos midiáticos das diversidades das matrizes culturais.

Para isso, apóia-se em alguns referenciais como as Teorias das Mídiações⁴⁴; Teoria Geral dos Sistemas⁴⁵ e Estudos Culturais⁴⁶.

Por se tratar de disciplinas recentes e em construção, a primeira etapa é a construção teórico-metodológica da Midialogia científica e da Etnomidialogia. Para isso, é importante buscar o processo histórico-cultural desses dois campos da comunicação na segunda metade do século XIX, quando se configura o jornalismo impresso. Os jornais brasileiros nesse período adquirem as suas identidades e linhas editoriais a partir do debate político da mudança de Império para República. Os paradigmas Positivista, de Augusto Comte e Evolucionista, de Charles Darwin (que no Brasil ganha contornos de Darwinismo Social), estão presentes enquanto informação nos jornais e são usados para justificar o *Status quo* e os ideais de civilidade almejados pelas elites política e social brasileiras.

É importante o estudo desse período porque é nele que se constroem os conceitos de “raça” (etnia) e ciência dentro do espaço jornal. Observa-se, ainda, que muitas das construções presentes no “imaginário coletivo” sobre etnia, cientificismo e aspectos culturais têm raízes nesse período.⁴⁷

Para isso é necessário revisitar a comunicação (imprensa) da segunda metade do século XIX e as suas diferentes construções. De 2005 a 2008, desenvolvi a pesquisa *Divulgação científica e etnia: gêneros, formatos e discurso da imprensa na gênese do jornalismo científico no Brasil do*





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

século XIX e o seu clímax no discurso geneticista do século XXI.

Nessa pesquisa foi possível observar os gêneros e formatos dos textos jornalísticos em matérias de divulgação científica que abordam as questões étnicas, raciais e de cunho geneticista; a influência dos aspectos culturais, políticos e econômicos sobre a divulgação científica nas páginas desses jornais; como as temáticas geneticistas, étnicas e raciais do século XIX, no ápice do conceito evolucionista de Darwin ainda continuam presentes na divulgação científica do século XXI, no ápice da engenharia genética. Isso reforça a idéia da importância desse período principalmente pela construção cultural que influenciou sobremaneira o século XX e tem influenciado este século.⁴⁸

Serão levantados os diferentes aspectos da Midialogia científica enquanto educação científica e os seus formatos. Para isso, é necessário que o educador entenda os processos comunicacionais tais como a gestão da informação (newsmaking); o formato e gêneros dos produtos midiáticos e as suas diferentes produções de sentidos.

Em relação à Etnomidialogia, ela propiciará ao educador conhecer as diferentes formações dos grupos minorizados e a construção das suas identidades e representações nos meios

de comunicação midiáticos. O principal objetivo é entender em que medida aspectos ideológico-culturais constroem e desconstroem identidades no âmbito comunicacional.

Além da representação dos grupos minorizados e das ciências no campo midiático, a formulação de cartilhas, voltadas para o educador, como lidar com a comunicação midiática enquanto construção do conhecimento e diversidade étnico-cultural, de gênero e outros concretizará a inserção das disciplinas Midialogia científica e Etnomidialogia como constitutivas da Educomunicação.



Referências bibliográficas

- BACCEGA, M. A. & COUCEIRO, S. M. *Manipulação e construção da identidade da África negra na imprensa brasileira*. São Paulo: ECA-USP, 1992. (mimeogr.).
- BASTIDE, Roger. *Estereótipos de negros através da literatura brasileira* in: *Boletim de Sociologia*. São Paulo: FFLCH-USP, 1953, p. 27.
- Bertalanffy, Ludwig Von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: ECA-USP, 1988.
- CAMPOS, Alessandra et al. *Construindo a educação: relatos de experiências*





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

- do Projeto Educom rádio in: *Imaginário*. São Paulo: USP. Ano XI, nº 11. 2005, pp. 217-237.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário das relações étnicas e raciais*. SP: Summus. 2000.
- Derrida, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- FERREIRA, Ricardo Alexino. *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação*. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. *Jornalismo Especializado-Jornalismo Científico: análise crítica, estudo de casos e a construção de novos paradigmas e de um novo currículo disciplinar*. Pesquisa Trienal. Mimeo. Bauru: Faac-Unesp, 2004.
- _____. *A representação dos negros em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. *As lutas étnico-separatistas e a imprensa: o País Basco em notícia* in: *Ética & Comunicação-Fiam: Revista de estudos sobre comunicação, Jornalismo e propaganda*. São Paulo: Fiam, ago/dez. 2000, 19-23.
- _____. *Desigualdade racial sem máscaras* in: *Valor Fim de Semana, Eu & SP: Valor Econômico*. São Paulo: Ano I – nº 25, 20 de outubro de 2000, pp. 8-9.
- _____. *Os grupos minorizados transformados em informação: representações, ideologias e construções da imagem de afro-brasileiros no jornalismo* in: *Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico*. Volume III. Lisboa: 2005.
- Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/~bocc/_esp/autor.php3?codautor=1161.
- Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG. 2003.
- HOBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.
- Licenciatura em Educomunicação. *Projeto*. Documento proposto por docentes do Departamento de Comunicações e Artes, CCA, para implantação da Licenciatura em Educomunicação na ECA-USP, São Paulo: ECA/USP, 2006.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1995, p. 18
- Martín-Barbero, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.
- Nanni, Carlo. *Educazione e comunicazione sfondi antropologici* in: *Orientamenti Pedagogici*. Vol. 53, n. 1 (313), jan-fev 2006.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFFENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: EdUnesp. 1998.
- Scliar, Moacyr. *Introdução* in: BEARD, Henry e CERF, Christopher. *Dicionário do politicamente correto*. SP: L&PM Editores. 1994. p. 10
- SIERRA, Francisco. *Introducción a La teoría de La comunicación educativa*. Sevilla: Editorial MAD, 2000.
- SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Trad. Cláudia Brito. Lisboa, : Gradiva, 1991, p. 97.





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

SOARES, Ismar de Oliveira. *Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação* in: *Comunicação e Educação*. São Paulo: ECA-USP. Vol. 23: 16 a 25 jan/abril 2002.

_____. *Alfabetização e Educomunicação: o papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida*. Disponível em : www.usp.br/nce/aeducucomunicacao.

_____. *Educomunicação: um campo de mediações* in: *Comunicação e Educação*. São Paulo: ECA-USP. Vol. 19: 12 a 24. Set./dez 2000.

_____. *Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais* in: *Contato/Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação*. Brasília (DF): Senado Federal. Ano 1, n. 2, jan/mar 1999.

Soares, Luiz Eduardo. *O politicamente correto, as culturas políticas e o processo civilizador*. SP: Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), 5 de dezembro de 1997. p. 4. (Mimeogr.)

Notas

¹ Ismar Soares identifica a construção do campo teórico-metodológico da Educomunicação e os sinais de sua autonomia: "... efetivamente já se formou, conquistou autonomia e encontra-se em franco processo de consolidação um novo campo de intervenção social a que denominamos de 'inter-relação Comunicação/Educação'. A inter-relação em estudo, ou simplesmente Educomunicação, não é por nós tomada na singularidade de uma nova disciplina, fechada em seus limites. Ao contrário, ela está inaugurando um novo paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares com novas categorias analíticas". (Soares, Ismar de Oliveira. *Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. In: *Contato/Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação*. Brasília (DF): Senado Federal. Ano 1, n. 2, jan/mar 1999. Pág. 27.)

² "Cada uma destas áreas tem sido tradicionalmente assumida como espaços vinculados ao domínio, quer da Educação quer da Comunicação. O que advogamos é que cada uma delas seja pensada e promovida a partir da perspectiva da Educomunicação" (Soares. Op. Cit. Pág. 27. 1999).

³ Conforme artigo de Carlo Nanni, da Universidade Salesiana de Roma, "non si tratta quindi di affermare se la televisione sia una buona o una cattiva maestra,





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

come in passato si faceva riguardo al libro e oggi per Internet. Il problema diventa quello del buon uso a seconda delle circostanze, essendo coscienti delle specificità di ciascun medium e delle sue 'virtualità' ed eventuali 'virtualizzazioni', in particolare a livello educativo". (Nanni, Carlo. Educação e comunicação sfondi antropologici. In: *Orientamenti Pedagogici*. Vol. 53, n. 1 (313), jan-fev 2006.

⁴ Licenciatura em Educomunicação. Projeto. Documento proposto, em 2006, por docentes do Departamento de Comunicações e Artes, CCA, para implantação da Licenciatura em Educomunicação na ECA-USP. Pág. 6.

⁵ Idem, Pág. 7.

⁶ Ibid, Pág. 13

⁷ A Teoria Geral dos Sistemas foi formulada por Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972). Ele criticava a divisão das áreas do conhecimento, pois entendia que os sistemas deveriam ser estudados globalmente para compreender as suas interdependências. O modelo da Teoria Geral dos Sistemas envolve três condições para a construção do seu conceito: contextualização do fenômeno que se está analisando para detectar as realidades circundantes, bem como as características intrínsecas, que afetam seu comportamento; mapeamento do fenômeno no tempo, de modo a definir as particularidades relevantes de seus antecedentes e a inferir possíveis desdobramentos no

futuro; identificação da função que o sistema vem desempenhando e poderá vir a desempenhar. Edvaldo Pereira Lima o coloca como "conceito básico para a construção teórico-metodológica do livro-reportagem" (Lima, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. São Paulo: EdUnicamp. 1995. P. 18).

⁸ O pesquisador Wilson Bueno desenvolve um quadro conceitual para a interseção Comunicação e Ciência. Ele considera que há imprecisões e usos indiscriminados dos conceitos. Para isso, Bueno conceitua os três campos: *difusão científica* (faz referência a todo e qualquer processo ou recurso utilizado para veiculação de informações científicas e tecnológicas desenvolvendo-se em difusão para especialistas e difusão para o público em geral; *disseminação científica* (pressupõe transferência de informações científicas e tecnológicas, transcritos a códigos especializados a um público seletivo, formado por especialistas e *divulgação científica* (não se restringe ao campo da imprensa, pois inclui os meios de comunicação midiáticos, mas também os livros didáticos, as aulas de ciências e outras disciplinas, os cursos de extensão para não-especialistas, as histórias em quadrinhos e outras formas de propagação do conhecimento. (Bueno, Wilson da Costa. *Jornalismo científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: ECA-USP. 1988).





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

⁹ O termo “grupos minorizados” tem o sentido conceitual de segmentos sociais que, independente da quantidade, têm pouca representação social, econômica (inserção no mercado de trabalho, ocupação de cargos de poder e outros) e política. O termo anterior a grupos minorizados era o de grupos minoritários (termo utilizado na Sociologia). No entanto, o termo começou a provocar confusão semântica já que muitas pessoas atribuíam a esses grupos características quantitativas (composto por poucos indivíduos), levando a distorções da realidade. Por exemplo, no Brasil o segmento afro-brasileiro corresponde a 44% da população, mas é considerado um “grupo minoritário”. Daí, a urgência do termo minorizado para evitar conflitos semânticos.

¹⁰ Nos anos 1980 e 1990 verifica-se a recrudescência dos seguintes conflitos por motivações étnicas e religiosas (como os ocorridos no Afeganistão, Argélia, Armênia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegóvina, Burundi, Egito, Líbano, Libéria, Palestina, Ruanda, Somália, Sudão, Tadjiquistão, Zaire e outros), lutas separatistas (Chechênia, Córsega, Curdistão, Espanha, Geórgia, Iran Jaya, Irlanda do Norte, Saara Ocidental, Sri Lanka, Tibet, Timor Leste) e o ressurgimento de movimentos armados de extrema esquerda na Colômbia e México. (Ferreira, Ricardo Alexino. *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunica-*

ção. São Paulo: ECA-USP. 2001).

¹¹ Ferreira, Ricardo Alexino. *Os grupos minorizados transformados em informação: representações, ideologias e construções da imagem de afro-brasileiros no jornalismo*. In: *Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico. Volume III*. Lisboa. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/~bocc/_esp/autor.php3?codautor=1161

¹² Luiz Eduardo Soares atualmente é tido como exilado político brasileiro. Ele foi obrigado a se exilar nos Estados Unidos, junto com a família porque foi jurado de morte por policiais corruptos do Rio de Janeiro, quando denunciou irregularidades na Polícia Civil e Militar.

¹³ Soares, Luiz Eduardo. *O politicamente correto, as culturas políticas e o processo civilizador*. SP: Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), 5 de dezembro de 1997. p. 4. (Mimeogr.)

¹⁴ Cashmore, Ellis. *Dicionário das relações étnicas e raciais*. SP: Summus. 2000. p. 430.

¹⁵ Derrida, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas (SP): Papirus. 1991.

¹⁶ Scliar, Moacyr. “Introdução”. In: Beard, Henry e Cerf, Christopher. *Dicionário do politicamente correto*. SP: L&PM Editores. 1994. p. 10

¹⁷ Soares, Luiz Eduardo. Op. cit. p. 5.

¹⁸ Beard, Henry *et. al.* Op. cit.

¹⁹ Idem. p. 49





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

²⁰ Ibid, p. 19

²¹ Ibidem. p.19-20.

²² O *Dicionário do politicamente correto* propõe que o termo *queer* deva ser utilizado seguindo orientação de grupos *gays*. Segundo ele, o tradicional termo *gay* para designar homossexual, teria sofrido críticas por parte de homossexuais femininas: *gay* estaria associado a brancos, classe média e assimilacionistas. Para driblar o termo *gay*, o grupo “Queer Nation” propõe o uso da expressão *queer*. No entanto, *queer*, conforme consulta no *Britannica Online*, quando substantivo significa “pessoa estranha, homossexual, esquisito”; quando adjetivo, “esquisito, homossexual, misterioso, raro, extraordinário, adoentado” e como verbo, “atrapalhar, estragar, colocar alguém em má situação, levar contra a parede, arriscar”. É interessante observar que há neste caso uma legitimação e resgate de um termo negativo para designar um grupo minorizado, justamente o oposto que os outros grupos tentam fazer.

²³ Henry Beard et. al. Op.cit. p. 84.

²⁴ Idem, p. 50.

²⁵ A *Folha de S. Paulo* superestimou durante muitos anos o seu Manual da Redação [Folha de S. Paulo. *Manual Geral da Redação*. SP: Folha de S. Paulo. 1ª edição. 1984], que já se encontra em sua sétima edição (atualmente recebe o nome de *Novo Manual da Redação*). O primeiro foi lançado em 1984. No entanto, a *Folha*

tem percebido o equívoco de se colocar o *Manual* como a essência do jornal, já que ele deve ser visto apenas como um elemento norteador. O equívoco foi parcialmente desfeito quando o veículo resolveu dar ênfase ao jornalismo em algo mais consubstancial, desenvolvendo então o *Projeto Editorial 1997* [Folha de S. Paulo. “*Projeto Editorial 1997: Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático*. São Paulo, 17 de agosto de 1997.p. 1-8]. Nele está presente toda uma discussão sobre o papel do jornalismo da *Folha* na atualidade, envolvendo desde procedimentos profissionais até a padronização do veículo.

²⁶ Martins Filho, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. SP: O Estado de S. Paulo/Moderna. 1999.

²⁷ Garcia, Luiz. *Manual de redação e estilo de O Globo*. 17ª edição. SP: Globo. 1993.

²⁸ Folha de S. Paulo. Op. cit. p. 21.

²⁹ Idem, p. 161.

³⁰ Garcia, Luiz. Op.cit. p. 88.

³¹ Apesar de constar nos manuais que não se deva associar características profissionais ao infrator, em alguns casos esta regra é subvertida ou esquecida. No caso do psicopata que assassinou várias mulheres no Parque do Estado, em São Paulo, muito se falou do *motoboy*, que era a função que o assassino exercia. O seu nome foi substituído por sua antiga função, bem como o termo “maníaco do





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

parque”, que se tornou nominativo.

³² Garcia, Luiz. Op.cit. p. 88-89.

³³ Atualmente, é aconselhado que o termo *lepra* seja substituído por *hanseníase*. Este termo é uma variante do nome do médico norueguês Gerhard Armauer Hansen (1814-1912), que descreveu em 1874 os sintomas de infecção crônica provocada por uma micobactéria (*Mycobacterium leprae*). Neste caso o doente de hanseníase seria hanseniano.

³⁴ Garcia, Luiz. Op.cit. p. 89.

³⁵ Idem, p. 93.

³⁶ Ibid, p. 93.

³⁷ Ibidem, p.93.

³⁸ Ao destacar “questões delicadas” o jornal está permitindo supor que abordar grupos minorizados é algo melindroso.

³⁹ Martins Filho, Eduardo Lopes. Op.cit. p. 118.

⁴⁰ Idem, p. 120.

⁴¹ Ibid, p. 119-120.

⁴² Este tipo de indefinição do que seria negro e mulato, colocados como termos de esferas diferentes, não é propriamente culpa do veículo. O próprio IBGE faz este tipo de confusão, quando atribui que negro seja uma categoria e mulato outra. Nesta tese de doutorado, conforme já mencionado anteriormente, serão utilizados os termos afro-brasileiro, afro-descendente e negro. Ao utilizar o termo negro, deve-se pensar que ele agrupa

diferentes características fenotípicas (envolvem os indivíduos que possuem uma tez mais escura ou menos escura ou mulatos). O termo negro é mais limitante enquanto conceito do que os outros dois termos, que embarcam diferentes indivíduos independente da cor da pele. Por esse motivo, é errado conceitualmente classificar “negro e mulato”, tornando-se uma redundância.

⁴³ Martins Filho, E.L. Op.cit. p. 119.

⁴⁴ Martin-Barbero coloca que “a comunicação está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam as sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (Martin-Barbero, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001. p. 270). Esse enfoque possibilita entender o campo da Etnomídia dentro dos pressupostos da Educomunicação.

⁴⁵ A Teoria Geral dos Sistemas constitui um campo teórico-metodológico, desenvolvido por Ludwig Von Bertalanffy e adequado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento às suas respectivas disciplinas. No Brasil, Edvaldo





Experiências de Mídia Alternativa e Cultura na América Latina

Pereira Lima adéqua esse modelo como campo teórico-metodológico do livro-reportagem. Isso possibilita entender a comunicação (midialogia) dentro de um enfoque sistêmico, envolvendo os três princípios básicos contextualização do fenômeno; mapeamento do fenômeno e identificação da função que o sistema desempenha. (Bertalanffy, Ludwig Von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis (RJ): Vozes. 1977.)

⁴⁶ Os Estudos Culturais não configuraram uma disciplina, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade. Por se configurar como um campo interdisciplinar e convergente, ele propicia entender fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes. Com os trabalhos de Stuart Hall, houve desenvolvimento nos estudos etnográficos, na análise dos meios midiáticos e na investigação de práticas de resistências de *sub-culturas*. (Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, MG: UFMG. 2003).

⁴⁷ A antropóloga Lilia Schwarcz, que estudou os jornais desse período para entender o processo cultural da escravidão e da abolição afirma que “o jornal é eficaz, então, porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiterações tornam-se cada vez mais implícitos,

reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis (...). Portanto, o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas escritas com um poder talvez igualável ao de um xamã. (Schwarcz, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Das Letras. 1987. P. 248.).

⁴⁸ Ferreira, Ricardo Alexino. A gênese do jornalismo científico nos jornais da segunda metade do século XIX. In: *200 anos de mídia no Brasil: historiografia e tendências*. Niterói (RJ): Rede Alcar. 2008. CD-ROM.

